

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação por Credenciamento de Instituições de Longa Permanência prestadoras de serviço de acolhimento Institucional para idosos, de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, em situação de vulnerabilidade e/ou risco social e/ou violação de direitos, em situação de rua, independentes e com Graus de dependência e, desde que esgotadas as possibilidades de autossustento e convívio com familiares, a fim de garantir a proteção integral em conformidade com o disposto na Lei 10. 741/2003 – Estatuto do Idoso, na Resolução CNAS 109/2009, na RDC nº 283/2005 e no artigo 38, inciso IV da Lei municipal nº 7265/12.

2. JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal do Rio Grande não possui o serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência de Idosos, sendo assim, sempre que há necessidade de prestar tal serviço, é preciso recorrer a Termos de Credenciamento firmados com instituições de longa permanência que ofereçam este serviço.

Atualmente a PMRG possui 07 (sete) ILPIs credenciadas, no entanto, a vigência do contrato espira em 31 de dezembro de 2019, sendo necessário abrir um novo edital para formalizar a prestação de serviço, tendo em vista que a demanda de idosos a serem abrigados é expressiva.

Diante disto, no precípuo intuito de melhor atender às necessidades da população da terceira idade do município, solicita-se a realização deste credenciamento para que suprir a demanda de acolhimento institucional.

3. OBJETIVOS

3.1.1 OBJETIVOS GERAIS

3.1.1. Acolher e garantir a proteção integral;

3.1.2. Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

- 3.1.3. Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;
- 3.1.4. Possibilitar a convivência comunitária;
- 3.1.5. Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;
- 3.1.6. Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
- 3.1.7. Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 3.2.1. Garantir segurança de acolhida aos usuários, ofertando espaço para moradia;
- 3.2.2. Incentivar o desenvolvimento do protagonismo e de capacidades para a realização de atividades da vida diária;
- 3.2.3. Desenvolver condições para a independência e o auto-cuidado;
- 3.2.4. Promover a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência.

3.3. PÚBLICO ALVO

Idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com graus de dependência, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social, em decorrência dos mais variados motivos, dentre eles a situação de rua e desabrigo por abandono, situações de violência, negligência, ausência de moradia e sem condições de autossustento.

3.3.1. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO

A instituição de longa permanência deve acolher o idoso de forma ininterrupta 24 horas por dia.

3.4. FORMAS DE INGRESSO DO PÚBLICO

Por requisição dos serviços da rede socioassistencial da Secretaria de Município da Cidadania e Assistência Social – SMCAS.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, DAS OBRIGAÇÕES

A fim de garantir a assistência adequada aos usuários, as instituições de de longa permanência candidatas a prestação de serviço de acolhimento institucional, deverão se enquadrar ao seguintes requisitos:

4.1. ITEM 01 -

SERVIÇO: acolhimento Institucional e atendimento integral ao idoso de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência encaminhado pela SMCAS.

4.2. ATRIBUIÇÕES DA ENTIDADE DE ACOLHIMENTO

4.2.1. Ofertar acolhimento e cuidados aos idosos em situação de desproteção social que não dispõem de condições para permanecer com a família, devido a situações de violência, maus – tratos, negligência, abandono, situação de rua e/ou com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, encaminhados pela Secretaria de Município de Cidadania e Assistência Social de Rio Grande;.

4.2.2. ofertar o acolhimento institucional para Idosos com grau de dependência I, II e III, sem retaguarda familiar, encaminhados pela Secretaria de Município de Cidadania e Assistência Social de Rio Grande;

4.2.3. Oferecer cuidados ininterruptos (24 horas);

4.2.4. Garantir que o espaço físico seja organizado de forma a atender aos requisitos previstos na RDC nº 283/2005, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, conforto e segurança, com ambientes arejados e iluminados;

4.2.5. Preservar a identidade do idoso e oferecer um ambiente digno e de respeito, priorizando o chamamento nominal dos mesmos;

4.2.6. Permitir aos residentes o acesso ao telefone e correspondência;

4.2.7. Manter registro atualizado de cada idoso, em conformidade com o estabelecido no Art. 50, inciso XV, da Lei 1.0741 de 2003. No registro deve constar nome, data de nascimento e sexo do idoso, data e circunstâncias do acolhimento, nome e endereço do responsável e/ou de um familiar, nome dos filhos, parentes e amigos que poderão visitar ao idoso, relação dos pertences do idoso, bem como o valor da renda do idoso, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;

4.2.8. Propiciar atividades que estimulem a autonomia e a socialização, tais como atividades socializantes, recreativas, esportivas, culturais e de assistência religiosa, esta última a ser propiciada aos residentes que desejarem, de acordo com suas crenças. As referidas atividades podem ser estimuladas na instituição e também na comunidade;

4.2.9. Promover um ambiente acolhedor, através da convivência mista entre os residentes dos diversos graus de dependência, da integração dos mesmos em atividades desenvolvidas pela comunidade e o desenvolvimento de atividades intergeracionais. O acolhimento não poderá ter caráter restritivo ou de privação de liberdade;

4.2.10. Disponibilizar equipe técnica mínima de acordo com RDC nº 283/2005;

4.2.11. Proporcionar capacitação prévia e continuada à equipe de funcionários;

4.2.12. Oferecer cuidados básicos com a higiene dos residentes;

4.2.13. Proporcionar cuidados básicos com a saúde dos residentes, conforme a necessidade dos mesmos, com acompanhamento diário incluindo curativos, controle de diabetes, pressão arterial, colocação e manutenção de sonda enteral, etc, e garantir o acesso aos serviços de saúde nos equipamentos públicos no Município de Rio Grande, sempre que necessário;

4.2.14. Administrar medicamentos, mediante prescrição médica;

4.2.15. Em caso de não haver responsável pelo idoso, a credenciada deverá providenciar a retirada de medicamentos necessários para os acolhidos junto às Unidades Básicas de Saúde e realizar, quando for o caso, o encaminhamento dos pedidos de medicamentos especiais junto ao Estado do Rio Grande do Sul;

4.2.16. Prestar primeiros socorros quando necessário e providenciar transporte até o hospital em caso de emergência;

4.2.17. Em caso de não haver responsáveis pelo idoso, a credenciada deverá providenciar acompanhamento de cuidadores, durante períodos de observação em unidades de pronto atendimento e/ou serviços de urgência e emergência, ou em casos de hospitalização;

4.2.18. Manter estoque de alimentos suficientes, com qualidade e dentro da validade, que garanta à boa alimentação e nutrição dos idosos;

4.2.19. Manter serviços de lavanderia, bem como procedimentos para a identificação das roupas de uso pessoal dos residentes, visando à manutenção da individualidade e a humanização;

4.2.20. Organizar e manter atualizados e com fácil acesso, os documentos necessários à fiscalização, avaliação e controle social;

4.2.21. Os serviços de atendimento a idosos serão executados pela instituição credenciada no endereço referido em seu Termo de Credenciamento, sob a responsabilidade técnica do profissional indicado pela credenciada, nos termos do Edital;

4.2.22. A CREDENCIADA deverá informar à SMCAS, qualquer mudança de endereço, responsável técnico, bem como, telefone, e-mail ou outros. No caso de mudança de endereço a SMCAS analisará o interesse em manter os serviços estabelecidos, podendo realizar o descredenciamento da instituição, se o novo endereço não atender as condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital;

4.2.23. É de responsabilidade exclusiva e integral da credenciada a correta remuneração dos profissionais que prestarão o serviço de acolhimento institucional, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais resultantes do vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações não se transferem para a Administração Pública;

4.2.24. A CREDENCIADA deverá entregar na sede da SMCAS o xerox dos documentos de identidade, cpf, comprovante beneficiário, extrato bancário do idoso;

5. DO PREÇO DO SERVIÇO

5.1. O custo mensal de cada serviço de acolhimento institucional prestado, por idoso acolhido, será de R\$ 1.725,35.

5.2. Para a estimativa de valores, a SMCAS fez a pesquisa de mercado com três orçamentos, no entanto, optou, por questão orçamentária, por reajustar o valor pago no ano de 2019 pelo valor da URM de 2020 (3,50).

6. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Para custear a permanência do idoso na ILPI será utilizado 70% do benefício previdenciário percebido pelo idoso, incluindo o décimo terceiro

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

8.1.3 Cada adesão, uma vez aprovada pela Secretaria promotora do Sistema de Credenciamento (SMCAS), vigorará desde a data da assinatura da sua formalização, através do competente Termo de Credenciamento, até o final do prazo descrito no item 8.1.

9 . DA HABILITAÇÃO

9.1 Para aprovação da adesão ao credenciamento, as Instituições de Longa Permanência para Idosos deverão preencher as exigências da RDC nº 283/2005 .

9.2 As exigências mencionadas no item 9.1 deverão ser comprovadas perante a Secretaria promotora do Sistema de Credenciamento (SMCAS), ficando à disposição das interessadas ao credenciamento o setor da Superintendencia de Alta Complexidade, localizado na Rua General Osório, 536 - 3º andar - telefone (53) 3237-4210.

9.3 Da decisão relativa a aprovação ou não da adesão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10. Fiscalização

10.1 .A fiscalização da prestação de serviços será efetuada pela Secretaria de Municipio de Assistência Social.

Rio Grande, 20 de dezembro de 2019.

XXXXXXXX

Secretário de Município doxxxxxx

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!